



Uma terra compartilhada no extremo sul de São Paulo: potencialidades e desafios

A shared land in the extreme South São Paulo's: potentials and challenges

SILVA, Tania Knapp da¹; COSTA, Anita Valente da²; BORBA, Izabela Alves²; CYMBALISTA, Renato¹; MARCUCCI GRACIA, Cíntia²; PIOLETTI, Maurizio²

¹ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, taniaknapp@usp.br; ² Fundo Agroecológico, fundoagroecologico@fundofica.org

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Crise ecológica e mudança climática: resistências e impactos na agricultura, nas águas e nos bens comuns

Resumo: Parelheiros, no município de São Paulo, é um território em disputa: há pressão da urbanização periférica e especulação imobiliária em uma área importante de preservação ambiental e produção alimentícia. Neste cenário é fundamental manter o uso agrícola, entendido como importante amortecimento dos remanescentes de mata atlântica em área de mananciais. Dentre os esforços em pensar soluções foi criado o modelo de Terra Compartilhada e destacam-se como potencialidades (i) a resistência ao loteamento irregular e ao desmatamento através da preservação das atividades agrícolas, (ii) a promoção da função agrícola como tampão das áreas verdes nas regiões metropolitanas e o desenvolvimento dos sistemas agroflorestais, (iii) o aumento da produção alimentícia local eco compatível. Ademais, tudo isso contribui a regulação do microclima e a preservação dos mananciais assim como o acesso à terra agrícola às pessoas periféricas, integrando as prioridades ecológicas com os desafios socioeconômicos.

Palavras-chave: manutenção de uso; propriedade ética; agricultura agroecológica; Parelheiros

Contexto

Parelheiros, um distrito rural de São Paulo, é uma área que se caracteriza por abrigar mais da metade das unidades agropecuárias cadastradas do município (SÃO PAULO, 2022; VALDIONES, 2013). Ao mesmo tempo, sofre com grandes áreas desmatadas decorrente de loteamentos irregulares (OLIVEIRA, 2021). Além disso, ali estão importantes áreas de proteção ambiental (APRM-Billings e APRM-Guarapiranga, APA Capivari-Monos e APA Bororé-Colônia), uma Terra Indígena (TI Tenonde Porã), e um trecho do Parque Estadual da Serra do Mar.

Em resposta a uma demanda local de preservação do uso agroecológico da terra em Parelheiros, foi desenvolvido o modelo denominado Terra Compartilhada em junho de 2022. A propriedade, certificada como produtora de alimentos orgânicos, estava em risco de ser arrendada para a produção agrícola convencional. Este relato busca contribuir para a discussão sobre a função social da terra, especialmente em áreas social e economicamente vulnerabilizadas, e ambientalmente estratégicas para o combate às mudanças climáticas e produção de água.



As mudanças no uso do solo, incluindo o desmatamento, são uma grande fonte de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, respondendo por 49% das emissões, de acordo com o Observatório do Clima. A região do extremo sul de São Paulo abriga a maior reserva contínua de Remanescentes Florestais da Mata Atlântica do município, mas também enfrenta desmatamento devido à urbanização não planejada, resultando em loteamentos irregulares, frequentemente sem os devidos processos ambientais compensatórios. Entre 2014 e 2020 foram desmatados 7,2 milhões de metros quadrados de floresta, e abertos um total de 48 mil loteamentos clandestinos no município, conforme levantamento feito pela vereança de Gilberto Natalini.

O clima local tem apresentado alterações como o aumento da amplitude térmica e alterações na umidade relativa do ar na região na APA Capivari-Monos, resultantes da expansão dos loteamentos irregulares (VILELA, 2022). Segundo o Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica (SOS Mata Atlântica e INPE), 73% do desmatamento observado no período 2021-2022 ocorreu em terras privadas.

Os loteamentos irregulares desempenham um papel significativo no desmatamento, afetando não apenas o ambiente, mas também a agricultura familiar. A variabilidade climática causada por essas mudanças no ambiente pode prejudicar a produção agrícola, ameaçando a sustentabilidade da agricultura e, por sua vez, impactando o abastecimento hídrico da cidade, uma vez que as florestas desempenham um papel fundamental na produção de água. Se os prejuízos aumentarem no futuro, a ponto de tornar o trabalho insustentável, a agricultura pode ceder espaço para outras atividades menos compatíveis com a preservação da floresta.

Desta forma, a conservação do manancial e a manutenção de usos compatíveis com a preservação da floresta são cruciais para garantir a função social e ambiental do território. Isso requer a permanência das pessoas na terra, enfrentando desafios socioeconômicos. A função social da terra deve, portanto, considerar a manutenção de áreas agroecológicas, a permanência das pessoas na terra e meios econômicos de proteção do uso.

A agricultura familiar enfrenta desafios, incluindo a insegurança na posse da terra e a sucessão geracional. O FUA, Fundo Agroecológico, surgiu como uma iniciativa para abordar esses problemas. Ele é um projeto da Associação para a Propriedade Comunitária, criada em 2015, que visa a promover propriedades éticas no Brasil, onde os usos da terra priorizam necessidades sociais e ambientais, como o acesso à terra para atividades agroecológicas nas periferias de São Paulo. O FUA tem o objetivo de preservar áreas agricultáveis em áreas que sofrem pressão especulativa. Por meio de um fundo sem fins lucrativos adquire propriedades rurais e cria modelos que permitem acesso à terra para agricultores periféricos.

O FUA surgiu a partir dos resultados da pesquisa e oficina “Acesso à terra para a agricultura justa”, realizadas em 2019 em parceria com o Instituto Goethe e o Instituto Ibirapitanga, em São Paulo. O encontro resultou em arranjos organizacionais e documentos voltados para a estabilização de projetos de



agricultura justa e na publicação do livro “Acesso à Terra para Agricultura Justa” (CYMBALISTA; VOLICH, 2020). Com base nesse estudo, a região de Parelheiros foi selecionada para a atuação inicial do fundo, após uma pesquisa de prospecção de propriedades e agricultores nos dois anos seguintes.

Descrição da Experiência

A presença do FUA no território estabeleceu relações de confiança com os agricultores, formando uma rede de 12 famílias agricultoras. Essa rede se beneficiou das ações de curto prazo e emergenciais promovidas pelo FUA, que incluem a mobilização de consumidores para a entrega de cestas agroecológicas, um fundo emergencial e campanhas de arrecadação para garantir a segurança na terra e na mesa, além de apoio jurídico em contratos de arrendamento e mediação de conflitos. Notou-se que as famílias lideradas por mulheres, mesmo proprietárias de terra, enfrentam maior vulnerabilidade social.

Em 2022, uma unidade agrícola com certificação orgânica, pertencente a essa rede de agricultores, enfrentou problemas familiares, impedindo a continuidade da produção de orgânicos. Havia um alto risco de a propriedade ser arrendada para a produção agrícola convencional. Nesse contexto, o FUA foi reconhecido pelas lideranças como a iniciativa capaz de proteger o uso agroecológico da terra. Isso porque enquanto instituição poderia gerir melhor os contratos com pequenos agricultores de forma segura para a proprietária, ao mesmo tempo que ofereceria mediação e suporte para os agricultores que compartilhassem desse espaço. Isso também representou uma oportunidade para o FUA praticar a gestão da relação entre o fundo e os agricultores.

O modelo da Terra Compartilhada nasceu da mobilização social, unindo agricultores da região, lideranças e o FUA. A Terra Compartilhada ocupa três hectares de uma propriedade de 12, que além do FUA possui mais quatro contratos de arrendamento. A área compreende uma casa, um galpão, uma mina d'água, um lago utilizado para irrigação, áreas de bosque, pomar, um sistema de tratamento de águas cinzas, e sete parcelas cultiváveis.

Um dos desafios do modelo da Terra Compartilhada foi selecionar de forma justa as pessoas beneficiadas que ocupariam a terra. Da rede de 12 famílias agricultoras vinculadas ao FUA, uma família se interessou por ter sua propriedade próxima à Terra Compartilhada. A localização da terra é um fator importante para os agricultores da rede, diante das relações e afinidade das famílias com os bairros em que plantam. Depois a seleção se expandiu, o processo consistiu em indicação ou manifestação de interesse de pessoas dentro da rede ampliada do FUA, acolhendo famílias periféricas da região, principalmente das iniciativas que participaram da mobilização de preservar a terra e fizeram parte da criação do modelo, como o coletivo “O que cabe no meu prato?”. Por fim, é feita uma conversa de alinhamento de expectativa, visita do agricultor e o compartilhamento com o grupo que já planta para aprovação final.



As primeiras a se tornarem associadas beneficiárias foram as famílias de duas agricultoras experientes da região, uma que manifestou interesse pela rede do FUA e outra que estava com plantio em parceria no local, e uma jovem ativista da alimentação de soberania alimentar do Grajaú. As agricultoras o fizeram com plantio em parceria e a jovem ativista da alimentação decidiu envolver sua família com a proposta de reformar o galpão e instalar ali sua cozinha comunitária e usar uma área cultivável para produção agroecológica. E por indicação da jovem ativista entrou uma agricultora urbana empreendedora do paisagismo sintrópico e da educação ambiental que planeja produzir alimentos para própria subsistência em sistema agroflorestal e uma sala de aula ao ar livre para disseminação de técnicas agroecológicas. Entraram recentemente um casal de agricultores da região, conhecidos por fornecer a maior parte das mudas dos agricultores, e um professor de biologia aposentado interessado em experimentar, pela primeira vez, cultivo em maior escala.

A gestão da Terra Compartilhada envolve princípios como compromisso socioambiental, segurança jurídica e espaço de decisão para o grupo. Legalmente, isso é respaldado por contratos de arrendamento entre a Associação para a Propriedade Comunitária (gerida pelo FUA) e o proprietário, bem como contratos individuais entre a Associação e os associados beneficiários, que podem ser agricultores ou outros grupos interessados no uso agroecológico da terra. Os custos são compartilhados proporcionalmente ao uso da terra, e o FUA cobre a diferença caso todas as parcelas não sejam ocupadas. Os contratos foram elaborados considerando riscos identificados em conjunto com os agricultores e lideranças locais.

O FUA é responsável em intermediar as relações entre as famílias que arrendam parcelas da terra, manter comunicação com o proprietário, realizar os pagamentos mensais do arrendamento ao proprietário e contas da propriedade e o mais importante, manter o uso agroecológico da área. Também assumiu o monitoramento periódico do uso e atividades, além de informar e acompanhar o acesso dos associados beneficiários aos editais e fomentos públicos que possam apoiar a permanência de suas atividades. Incluem-se ainda as ações de curto prazo de apoio e permanência que o fundo já vinha realizando em sua rede de agricultores.

A terra é gerida com os associados beneficiários, por isso as regras de uso estão ainda em construção. Cada um tem autonomia nas suas áreas, desde que mantenha o uso agroecológico. Como associados beneficiários também podem participar das decisões sobre a terra e a Associação, fazer o uso coletivo dos espaços comuns como casa, galpão, área do lago e pomar.

Após um ano, quatro das seis famílias iniciais permanecem na Terra Compartilhada. A experiência também se conecta com arrendamentos autônomos na propriedade. Duas famílias se desligaram do projeto por priorizar outras atividades econômicas significativas para o orçamento delas. Este arranjo social diverso, criou espaços de decisão próprios, como as reuniões semanais e assembleias para mediação de conflitos, articulação para iniciativas conjuntas entre famílias e gestão do espaço



como mutirão de limpeza, manutenção do pomar, capacitação e trocas entre beneficiários. Desta articulação surgiu um coletivo próprio: o Núcleo Agroecológico Periférico Plenitude, que reúne os associados beneficiários, agricultores vizinhos e iniciativas sociais locais. Com apoio da equipe do FUA, a experiência e as redes de contatos de cada membro, o núcleo realizou projetos, feiras, visitas e eventos dentro e fora da Terra Compartilhada.

Resultados

O grupo inicial enfrentou adversidades pessoais distintas, como fim de relacionamentos, doença e falecimento de parente, e dificuldades financeiras para manter o comprometimento com os custos de uso da área na Terra Compartilhada. Destas questões, o FUA pode apoiar diretamente na dificuldade de pagamento por ser esse mediador com o proprietário. Estes obstáculos tão comuns demonstram a fragilidade do território frente às pressões de mudança de uso que ameaçam direta e indiretamente a segurança alimentar, hídrica e a estabilidade microclimática.

É possível criar grupos de economias solidárias dentro de sistemas capitalistas (SINGER, 2002). Uma abordagem semelhante, em que o capitalismo não é considerado um bloco monolítico, se identificam e imaginam horizontes de relações econômicas não capitalistas (GIBSON-GRAHAM, 2006). Essas referências críticas, mas construtivas, apoiam uma dimensão estrutural de aprendizado-ação, que o FUA tem experimentado. Essa experiência tem contribuído para o desenvolvimento da agroecologia por meio da ativação da propriedade ética, cujo papel é desempenhado pelo FUA em conjunção de redes das pessoas engajadas *na e pela* Terra Compartilhada.

A Terra Compartilhada existe por uma mobilização social em defesa da manutenção de usos virtuosos da propriedade e por existir uma instituição que acompanha a pauta de acesso à terra no território. Além disso, o caso ilustra, por um lado, a vulnerabilidade e fragilidade de famílias e iniciativas lideradas por mulheres e, por outro, a capacidade de articulação dessas mesmas mulheres para criarem as redes de apoio das quais necessitam para se fortalecerem. Contar com recursos institucionais de mobilização, reflexão, bem como o ferramental jurídico já consolidado pela Associação para a Propriedade Comunitária fortaleceram esforços nesse sentido. Pensando na conservação de áreas agrícolas e mananciais, a Terra Compartilhada pode ser um modelo de preservação do uso da terra de ocupação rápida por movimentos sociais, principalmente em áreas periféricas.

Agradecimentos

Este relato baseou-se em um artigo de Maurizio Pioletti, Izabela A. Borba, Renato Cymbalista e Anita V. da Costa apresentado no congresso do LASA (*Latin American Studies Association*) em 2023. Porém, o enfoque dado à Terra Compartilhada é inédito para o CBA. Agradecemos aos financiadores do FUA: doadores individuais, grupo de consumidores, e Instituto Ibirapitanga. Agradecemos também à Fundação Volkswagen da Alemanha que através da pesquisa do INSUAH (*Integrated Studies*



on *Urban Agriculture as Heritage*) fomentou atividades conjuntas com o FUA e a Terra Compartilhada. Agradecimento especial à Kimberly Marques dos Santos e à Valéria Marcoratti que contribuíram na teoria e na prática da Terra Compartilhada.

Referências bibliográficas

CYMBALISTA, Renato; VOLICH, Gabriel Sigolo (ORG.). **Acesso à terra para agricultura justa**. São Paulo: Pistache Editorial, 2020.

GIBSON-GRAHAM, Julie. Katherine. **A postcapitalist politics**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

OLIVEIRA, Ademir Cleto De. **Expansão urbana e preservação ambiental: uma avaliação do impacto da lei de parcelamento, uso e ocupação do solo no distrito de Parelheiros, município de São Paulo**. 2021. Dissertação de Mestrado - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2021. Disponível em: <http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/2710>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SÃO PAULO, (Cidade). **Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável 2022-2030**. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário da Cidade de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/trabalho/plano%20rural%20final.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VALDIONES, Ana Paula Gouveia. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no município de São Paulo**. 2013. Dissertação de Mestrado - Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. DOI: 10.11606/D.100.2013.tde-04112013-162810.

VILELA, Renan Roberto. **Impactos socioambientais do avanço da ocupação vargem grande sobre a área de proteção ambiental municipal Capivari-Monos: uma análise climatológica**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.